

Ter dúvida é normal,
o difícil é perceber no outro o irracional.
Ser comandado não é o natural.

A Ida pra rua mostra que continuamos vivos.
E mesmo intimidados nos mantemos ativos,
Pois o confronto é autoexplicativo.

O medo nos paralisa, mas juntos somos mais
E que essa certeza,
não nos abandone jamais.
(Sãozinha).

Enquanto Minas somos geraizeiros, vazanteiros, barranqueiros, ribeirinhos, arteiros, “mininos e mininas”, gentes de todos os matizes e “expertises” e que em cada canto e recanto nos refazemos e reencontramos ânimo e força para continuar construindo uma vida melhor para nós e os que virão depois de nós. Portanto é neste turbilhão de Copa, Plebiscito por uma Constituinte Popular, ocupações urbanas e desafios no campo e na cidade, eleições a caminho, que procuramos desenvolver e estar presente e em parcerias com tantos homens e mulheres que acreditam no projeto popular para o país.

Já nos aproximando do segundo semestre do ano 2014, faz-se necessário mais uma vez, refletirmos sobre a nossa atuação enquanto educadoras e educadores populares. As cartas pedagógicas, utilizadas como instrumentos pedagógicos, que nos permitem registrar, avaliar, sistematizar as nossas ações, partilhando um pouco do nosso trabalho, dificuldades e conquistas

A conjuntura que se apresenta para nós não é a das mais alvissareiras, pois o período requer cumprimento de metas numa época de grandes eventos e eleições que se aproximam. Eleições que acontecem num clima de descrença nas representações partidárias, sindicais, associativas e pós efervescências do ocorrido em junho/13, que carece de explicações e entendimentos das suas consequências. Estas poderão vir no resultado das urnas ou não. Nosso trabalho é árduo e exigirá de cada um e cada uma um esforço a mais neste tempo de convênio que nos resta. Um Convênio que nos apresentou muitos desafios: acertar no fluxo da gestão, redução de custos, diminuição do ritmo, depois acelerar para cumprir metas... mas vamo, que vamo! Nesse caminho perdemos três educadoras contratadas, duas delas nesse primeiro semestre. Além de sentirmos a saída de amigas, sentimos também no ritmo e na sobrecarga de atividades, que ficaram mais pesadas. Mas estamos contando que daremos contas das metas previstas...

Mas como o mundo não para, apenas anda num ritmo menos acelerado por causa de uma “Copa da Fifa”, as demandas e atividades se refletiram em todo o primeiro semestre de 2014 em cada região, onde nossos educadores e educadoras se encontram.

Assim, nesse semestre priorizamos, coletivamente, a construção dos Comitês do plebiscito popular pela Constituinte da reforma política. Estamos presente e construindo os Comitês: estadual/RMBH, na região Norte de Minas, do Vale do Mucuri, no Sul de Minas, em Ribeirão das Neves, na RMBH. Nos diversos lugares pudemos iniciar a construção regional, do comitê do Plebiscito Popular da Constituinte, com diversas oficinas e a previsão para o mês de julho, de um seminário Regional, em Varginha e outras atividades estaduais. Nossa atuação estadual tem se dado nos diversos espaços de articulação do Plebiscito Popular pela Constituinte, seja nas plenárias estaduais, no Comitê Metropolitano, regional (de Belo Horizonte) e no Comitê Estadual. Constitui-se em um grande desafio, pois em alguns momentos parece que em Minas Gerais o Plebiscito “não pegou”, ainda não conseguimos

dialogar com a sociedade de maneira a demonstrar a importância deste movimento para a garantia do cumprimento dos Direitos Humanos e de mudanças na prática e no sistema político, em sua totalidade.

Acreditamos no processo pedagógico que o Plebiscito Popular pode propiciar na mobilização, conscientização e formação de base. Estamos animados/as com a mobilização e articulação das lideranças para serem multiplicadores nos municípios e comunidades locais com o intuito de atingir o maior número possível de pessoas tanto no debate político quanto na participação na semana de 01 a 07 de setembro e no XX Grito dos Excluídos e Excluídos: Ocupar as ruas e praças por liberdade e direitos.

Tivemos, a partir de maio uma nova educadora na região Noroeste, com o trabalho mais concentrado em Paracatu. A região é grande, tudo é distante e a população dispersa por 19 municípios, tendo ainda cerca de 26% vivendo no meio rural. Possui 13.965 agricultores familiares, 4.323 famílias assentadas e 14 comunidades quilombolas, com IDH médio de 0,73.

Dando continuidade ao trabalho da RECID na região, a educadora vem priorizando, as bandeiras, da Economia Popular Solidária e dos Recicladores de Materiais recicláveis, além do apoio ao movimento de saúde alternativa e plantas medicinais. Junto com a Cáritas Regional, vem investindo no mapeamento dos grupos de catadores/as e no planejamento junto aos grupos de economia solidária.

Na região do Vale do Mucuri, foi desenvolvido o trabalho nos diversos encontros, oficinas, mobilizações, reuniões de planejamento de trabalho com entidades parceiras (CPT estadual e Mucuri, Associação de Moradores do Assentamento, núcleo de estudantes UFVJM (Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri). As oficinas envolveram os assentados do assentamento Fritz, e os trabalhadores rurais associados da Equipe Rural-CPT Mucuri. Houve dificuldades de agendas com o curso de EJA, mas com a conclusão que se aproxima o ritmo de trabalho semanal retomará. Maio foi o mês da Romaria dos Trabalhadores e já estão organizando também, junto às entidades parceiras, o dia 25 de Julho que celebra o dia do trabalhador e trabalhadora rural.

Além do trabalho de base, a educadora participou de reuniões estaduais, das etapas presenciais e do tempo-comunidade da Ciranda Nacional de Educação Popular. A Ciranda foi uma oportunidade de estudos sobre a educação popular, visando ampliar também nossas reflexões sobre a metodologia de trabalho e o sentido de nossa vivência enquanto educadores populares. É uma experiência rica de compartilhamento e conhecimento das práticas de educação popular dos educadores/as de todo o país, numa Rede que abriga e acolhe a diversidade.

Caminhando para o sul, se finda um período – primeiro semestre – de um ano atípico, em que estamos espremidos entre um evento mundial, eleições, aspirações populares, acirramento das diferenças ideológicas, pautas diversas, etc., e cá estamos nós, as lutadoras e os lutadores do povo.

Às vezes fica difícil saber o que não fazer, tamanha as demandas que se nos apresentam. Isso é, algumas vezes se torna “pesado”, mas nos “força” a dividirmos o que consideramos um fardo em excesso.

Começamos o primeiro bimestre com a articulação RECID/CFES-MG e CEFES-SE – parceiros na construção da Economia Solidária - demos continuidade, também, ao processo de formação do Fórum Permanente dos Movimentos sociais do Sul de Minas, através do I Curso Realidade Brasileira (fevereiro, março, abril e maio) em que realizamos o último módulo com a organização do I Encontro Intermunicipal da RECID no Sul de Minas, concomitantemente, construímos uma articulação regional em torno da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos Pela Vida – envolvendo diversos municípios da região em um I Seminário Regional (em Tres Corações) onde denunciemos os casos de intoxicação, suicídios e seqüelas causadas pelos Agrotóxicos. O encaminhamento deste, foi nos

organizarmos regionalmente, com uma agenda de reuniões e articulações diversas, que se estenderá até o mês de setembro.

Uma conquista de vários meses de reuniões, deslocamentos e organização, o que de certa maneira demandou tempo e recursos financeiros. Tendo um saldo, extremamente positivo, no tocante a nos aproximarmos e “envolvermos” os maiores sindicatos na luta. Sem me esquecer da participação no 4º. Módulo da Ciranda de formação em Brasília (março), onde pudemos vivenciar e experimentar os aprendizados sobre Comunicação e Cultura Popular. Além de poder participar no mês de maio da TEIA da Diversidade Cultural, em Natal. Discussão mais do que urgente sobre as políticas públicas para o fomento da Educação Popular em Cultura.

É antigo, já virou bordão, mas no atual momento não há verdade maior: a luta continua! Foram tantas atividades realizadas neste primeiro semestre e no quanto falta para realizar.

Na região Zona da Mata, onde a Recid-MG se faz presente, vivenciando momentos tensos, de crescimento e de busca por respostas concretas nas lutas abraçadas, nas bandeiras levantadas.

Com o tempo tudo vai se desgastando e exigindo sair da mesmice, pedindo reais soluções. Muitas vezes levantar uma bandeira, defender uma causa, encarnar as lutas do povo sofrido, desvalorizado e marginalizado não é nada fácil. A morosidade e o descaso do poder público quase conseguem tirar as esperanças de quem acredita e luta diariamente por uma vida mais justa e digna.

Há seis anos um grupo de catadores de materiais recicláveis do município de Juiz de Fora vem caminhando, dando passos e ao mesmo tempo tropeçando em dificuldades para alcançar o seu objetivo: um espaço próprio, um centro de Triagem, com estruturas adequadas para realizar as suas atividades de recolher, triar, pensar e comercializar os materiais reaproveitáveis da cidade. E este caminho se tornou mais árduo nos últimos anos, desde a última gestão administrativa do município, quando os catadores se viram sem os seus direitos garantidos e promovidos.

Porém, foi só agora no mês de maio de 2014, que junto aos apoiadores dos catadores, a Assistente Social da Câmara Municipal e a Recid-MG, se reuniram para fazer acontecer o projeto de construção do centro de triagem para a Associação de Catadores – a ASCAJUF, que abrirá portas para outros catadores autônomos que queiram se juntar ao grupo. Nós apoiadores, conseguimos uma audiência pública para repensar a situação do catador no município. Esta audiência rendeu frutos mais do que os esperados. Contamos com o apoio do INSEA e do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, que vieram de Belo Horizonte para contribuir e engrossar a voz a favor dos catadores de Juiz de Fora. Uma conquista! Uma esperança mais uma vez renovada! A audiência serviu para acordar o poder público, exigir responsabilidades e respostas concretas, denunciar o descaso e a má vontade de alguns parceiros de fachada.

Ressaltamos ainda que, dentre os passos dados pela Recid-MG na região, fomos convidados a participar de um trabalho em comum com a Secretaria Municipal de Saúde e o Centro de Estudo Supletivo (CESU). Durante todo o mês de maio foi aplicado um curso para os servidores públicos da área de Saúde de Juiz de Fora, com temas relacionados ao perfil do servidor da saúde, a ética profissional e o trabalho em equipe. Foram semanas intensas de conversas e debates, questionamentos e encaminhamentos, onde a Recid-MG deu a sua contribuição desenvolvendo o tema sobre o “ser cidadão” servidor público e o “ser cidadão” usuário e consumidor do Sistema Único de Saúde (SUS).

Enfim, durante os primeiros meses do ano 2014, a Recid-MG continuou o trabalho com o Grupo Afro descendente Axé Criança, na região sul de Juiz de Fora, promovendo os encontros do projeto Fortalecendo o conhecimento popular com a comunidade local. Já foram desenvolvidos neste ano temas pertinentes como “Culturas e tradições” e “Famílias de hoje”. Contando com as parcerias de sempre: Associação de Mulheres Cristãs, Cáritas Arquidiocesana, Paróquia São Pio X e Pastoral da Criança.

No Norte de Minas “o tempo passa e com ele muitas coisas se vão, outras ficam. Ficam lembranças, saudades; fica o desejo de continuar a construção da história”.

Iniciamos o ano com uma atividade importante no processo da educação popular, pois realizamos com os parceiros um encontro de planejamento das ações a serem desenvolvidas aqui no Norte de Minas e principalmente aquelas de cunho coletivo. Além de construir coletivamente o planejamento celebramos os **10 anos** da Recid com uma calorosa confraternização. Foi um momento de animação, reflexão, socialização de experiências dos trabalhos de base, fundamentados nos princípios da educação popular. Contamos com a presença de parceiros históricos: Movimento Articulado dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Alto Rio Pardo (MASTRO), Escola Família Agrícola do Alto Rio Pardo (EFA), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), Paróquia de Taiobeiras e Rio Pardo de Minas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taiobeiras, Indaiabira, e o Coletivo das Mulheres do Alto Rio Pardo.

Do planejamento já foram realizado as seguintes ações: 14 oficinas, 01 Encontro Intermunicipal intitulado “**JURISTA POPULAR**” que teve como objetivo contribuir no processo de formação continuada e integrada de educação popular, com trabalhadores(as), lideranças dos movimentos sociais e pastorais sociais que atuam em defesa dos Direitos Humanos. Esta formação se deu através da reflexão dos seguintes temas: Análise sobre a conjuntura brasileira atual; Plebiscito Popular da Reforma Política; Aprofundamento sobre a Maioridade Penal.

Em defesa dos Direitos Humanos e da natureza mobilizamos, articulamos e participamos da Audiência Pública sobre os impactos da mineração realizada no município de Salinas no dia 02 de Junho com a participação dos atingidos e lideranças do Alto Rio Pardo e Deputados da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Participamos na Cidade de Montes Claros, juntamente com lideranças do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha do seminário de Economia Popular Solidária e Comércio Justo.

Dando seqüência ao processo de formação continuada juntamente com as Comunidades Tradicionais do Médio São Francisco, a Associação de Pescadores e a Comissão Pastoral da Terra, estamos realizando o Curso “Jurista popular” envolvendo lideranças dos municípios de: Januária, Maria da Cruz, São Francisco, Ibiaí, Várzea da Palma, Ponto Chique, Montes Claros, Buritizeiro, Manga, São João das Missões e Cocos/Bahia. O processo de formação está programado para ser realizado em seis módulos.

Estamos mobilizando, articulando para as seguintes atividades neste segundo semestre: Comemoração dos 25 anos de organização das Ceb's em Taiobeiras, na mesma data celebraremos também o dia do Trabalhador(a) Rural. Realização do 12º Encontro Diocesano de Ceb's de 29 à 31 de Agosto na Cidade de Rio Pardo de Minas, com o Tema: “Luta por Justiça e Vida em Nosso Sertão”. Não podemos deixar de mencionar o nosso exercício de cidadania na participação do processo das eleições 2014, bem como o Plebiscito Popular por uma Constituinte exclusiva Soberana do sistema Político.

Na região metropolitana, ainda nos primeiros meses, fizemos um reordenamento da gestão, que se tornou de fato compartilhada entre nós e tomou um formato mais dinâmico; os recursos das oficinas praticamente não estão parando na conta e, estão chegando aos companheiros do interior de forma mais rápida. Por outro lado, a equipe está elaborando os relatórios pedagógicos mais completos e com mais conteúdo. Isso é bom, pois qualificam a nossa formação e nossa atuação junto às bases.

O trabalho de base em Ribeirão das Neves e Belo Horizonte foram intensos, nesse primeiro semestre, nos eixos de lutas por moradia, agricultura urbana e direitos humanos, e nas articulações estaduais e regionais. Em Belo Horizonte apoiamos e acompanhamos as ocupações dos sem-teto, as mobilizações pela tarifa zero e outras reivindicações populares. Apoiamos e participamos da intensa preparação e realização do V Encontro Estadual dos Movimentos sociais e o Encontro Nacional dos Comitês dos Atingidos pela Copa, que se

realizaram em BH, de primeiro a três de maio. Encontros que fizeram parte de nossas metas de atividades intermunicipais ao lado do Encontro Estadual da Campanha Contra os Agrotóxicos, Encontro do coletivo estadual da Federal das Comunidades Quilombolas, entre outros que realizamos nesse primeiro semestre. A participação popular foi representativa e os debates de conjuntura e o intercâmbio de experiências e lutas foram importantes momentos de formação política, nos intermunicipais.

Em Ribeirão das Neves além da formação em direitos humanos junto aos grupos de sem-casa, em parceria com o grupo de mulheres “Construindo diálogos” a educadora se dedicou a aprofundar o debate sobre a educação e educação popular, apoiando a formação dos conselhos escolares e a realização de um seminário municipal sobre gestão democrática e violência doméstica, que contou com mais de 300 participantes entre pais, alunos, professores, diretores e coordenadores pedagógicos e com a presença de um representante do Departamento de Participação Social da SGPR, que apresentou e discutiu a proposta do Sistema Nacional de Participação Popular e a importância da gestão democrática nas políticas públicas. O seminário se desdobrou na constituição de uma comissão de formação em EP e direitos humanos nas escolas. Essas ações e outras realizadas na Zona da Mata no campo da EP e saúde, são mais alguns passinhos na construção do Sistema Nacional de Participação Social e da Política Nacional de Educação Popular nas Políticas Públicas.

Ao lado disso, animamos e apoiamos o fortalecimento da Rede Nós Amamos Neves, nas lutas pela qualidade do transporte e de nova licitação pública; contra o projeto da construção de um Aterro Sanitário – “lixão – metropolitano na cidade; no enfrentamento à violência contra a mulher; e vimos animando a retomada das CEBs em duas paróquias da cidade. Os meses de março e abril priorizamos as oficinas em escolas, paróquias e grupos de sem-casa com o debate sobre os 50 anos do golpe militar e sua herança nos dias de hoje. No dia 31 de março realizamos um “Ato pela liberdade” em praça pública em frente a presídio que recebeu presos políticos durante a ditadura. E ainda, junto com a UFMG, através do Núcleo Sobre o trabalho Humano e a Universidade Gran Rio a Recid/metropolitana de BH realizou um seminário de metodologias participativas e o momento atual dos movimentos sociais, tendo grande receptividade e participação de diferentes segmentos dos movimentos sociais urbanos, programas de extensão de várias universidades e Institutos Federais do interior de MG, professores, alunos de pós-graduação e outros.

Buscando nesse contexto fortalecer um coletivo de reflexão e continuidade do trabalho da Recid na RMBH e em Ribeirão das Neves fizemos um esforço de constituir um coletivo municipal da Recid em parceria com o CEPI, Grupo de mulheres, comissão de transporte e realizamos duas oficinas de discussão e planejamento local do trabalho de base.

Da mesma forma, a RECID/MG vem fazendo, desde o ano passado, um esforço de constituir um coletivo estadual de formação em EP com a participação do IMS/formação em economia solidária; o movimento internacional do Graal, a Federação Quilombola, o MST, a Amanu, o Fórum Lixo e Cidadania, o Comitê do Plebiscito Popular e outros convidados. Com esse coletivo estamos construindo as Jornadas de “formação continuada de educadores/as populares”. E vamos realizar agora em julho a segunda etapa de formação. Ao lado disso, aprofundamos no estado a relação de parceria com o Centro de Formação em Economia Solidária (CFEs) participando das instâncias de formulação do CFEs, sobretudo, do núcleo de educação. Nesse núcleo participam educadoras da Recid da região metropolitana de BH e o educador da região Sul de Minas, está presente na reunião dos Núcleos Temáticos da Economia Solidária-Sudeste. É um trabalho complexo, tendo em vista os grandes desafios que são postos nesse campo.

Contribuímos no Encontro da Comissão Ampliada da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida em Minas Gerais, que por sinal é o 3º maior consumidor de agrotóxicos no país e com altíssimos índices de contaminação do ambiente, doenças e mortalidade causada pelos venenos. Saímos de lá com uma proposta mais elaborada e organizada de atuação da Campanha no estado e, através da Secretaria Operativa do Comitê, em Belo Horizonte, estamos fazendo as tarefas devidas. A Secretaria Operativa se reúne semanalmente e no momento, estamos discutindo os detalhes finais de um boletim eletrônico mensal da Campanha, que será enviado de forma massiva a 10.000 endereços

eletrônicos. Ainda neste campo, somos frequentemente convidadas para palestras e debates, inclusive com o lançamento de continuidade ao documentário “O Veneno está na Mesa II”.

Outra pauta que consideramos fundamental e que estamos acompanhando são as discussões e atividades em torno da Agroecologia; saímos inclusive para fora das montanhas de Minas, ao participarmos do III ENA – Encontro Nacional de Agroecologia em Juazeiro - Bahia, no qual contribuímos no debate e participação ativa em diversas atividades.

Estamos também apoiando e acompanhando, na medida do possível, as diversas organizações e movimentos do campesinato em algumas regiões do Estado.

Finalmente, mas não menos importante, tivemos alguns momentos de cyber ativismo. Por exemplo, denunciemos a manipulação da bancada ruralista para a aprovação da PEC 215, que propõe retirar do Poder Executivo a prerrogativa de demarcar as terras indígenas e a torna responsabilidade do Congresso Nacional. Isto se deu em função de um debate na ALMG, organizado em surdina pela bancada ruralista e com visível manipulação de agricultores familiares contra os indígenas.

São inúmeras as análises de conjuntura que desfilam pelos seminários, assembleias, encontros, cursos e reuniões, ou que navegam diariamente pelo espaço virtual da Internet... Tão variadas quanto os diferentes pontos de vista de quem as elabora e divulga. Querendo ou não, toda a tentativa de análise tem os pés no solo da história. De fato, não é novidade que a história percorre seu curso, sempre dilacerada por novas perguntas e respostas, por dúvidas e incongruências, por combates, contradições e jogos de interesse. Como sabemos, a cabeça pensa a partir de onde pisam os pés. Ou a partir do "lugar social" em que vivemos, trabalhamos e nos relacionamos.

E assim, se foi o primeiro semestre de 2014, no chão de Minas Gerais, carregado de expectativas, dúvidas e oportunidades. Deste modo, esperamos poder continuar fortalecendo os trabalhos de base possíveis na região, encarnando as lutas, sentindo na pele a dor e a alegria de um povo que chora, que ri, que se indigna, que denuncia e anuncia, que tem garra e fragilidade, que sonha e anseia, que ama e é feliz.

Força na luta!

RECID/MG